

Os sete pecados na conservação dos invertebrados

Autores:
Pedro Cardoso
Paulo A. V. Borges

“Se os humanos desaparecessem amanhã, o mundo continuaria com poucas mudanças. Mas se os invertebrados desaparecessem, duvido que a espécie humana pudesse durar mais que alguns meses”. Foi assim que o biólogo Edward Wilson enfatizou a importância dos invertebrados



(insetos, aranhas, moluscos, entre outros) para a nossa espécie. Basta pensar nos insetos polinizadores, nos moluscos e crustáceos comestíveis ou nas tarefas de formação e arejamento dos solos executadas pelos anelídeos. Nos Estados Unidos, os insetos sozinhos produzem serviços no valor de 50 mil milhões de euros anualmente. Este valor representa quase um terço do PIB de Portugal em 2011, sendo que ainda nenhum estudo a este nível foi feito no nosso país ou nos Açores. No entanto, apesar da sua importância, os invertebrados têm sido insistentemente esquecidos nas políticas de conservação da biodiversidade a nível global e estima-se que oito espécies se extingam por dia. As causas para o seu esquecimento podem ser resumidas em sete:

- I. O público em geral não conhece as espécies e os serviços que elas providenciam. Como consequência, temos a tendência para achar que não é necessário protegê-las. Apenas com melhor informação e marketing será possível vencer este problema.
- II. Os poderes públicos assumem que protegendo os habitats de algumas espécies-alvo, principalmente mamíferos e aves, estaremos a proteger toda a restante biodiversidade. No entanto, esta estratégia é na maioria dos casos errada. A listagem e proteção legal das espécies de invertebrados em perigo e a sua inclusão em estudos de impacto ambiental pode ajudar a colmatar as lacunas existentes.
- III. A taxonomia



(ciência que descreve as novas espécies) e a ecologia clássica são cada vez mais vistas como ciências do passado, recebendo financiamento limitado. Este tipo de trabalhos é cada vez mais feito por amadores, integrados em projetos científicos ou não, ajudados em muitos casos pela

- profusão de ferramentas informáticas que ajudam nesta tarefa.
- IV. A maioria das espécies de invertebrados ainda está por descobrir. Apenas conhecemos entre 10 e 50% das espécies existentes, as restantes aguardam que alguém as descubra e lhes dê um nome. Recorre-se muitas vezes a grupos indicadores que podem dar uma ideia da diversidade geral, no entanto apenas um investimento na taxonomia e publicações desta especialidade pode resolver o problema.
 - V. A distribuição da maioria das espécies é desconhecida. Para muitas apenas temos uma ideia de onde possam existir, e este conhecimento é fragmentário, com falhas que podem levar à não proteção de muitas áreas ricas em espécies raras. O financiamento de inventários a grande escala, a compilação de dados em bases de dados públicas e a modelação da distribuição de espécies são algumas das soluções apontadas.
 - VI. Dados de abundância no espaço e no tempo são raros. Dado o tamanho da maioria dos invertebrados, estes dados são na verdade muito difíceis de obter e na maioria dos casos apenas possíveis em termos relativos. A estandarização de protocolos de inventariação, a sua adoção por diferentes equipas e o apoio às coleções de história natural podem solucionar este problema.

VII. As diversas formas de vida, papéis no ecossistema e consequentemente a sensibilidade dos invertebrados às mudanças no habitat são geralmente desconhecidas. Há no entanto



grupos de espécies mais sensíveis que podem servir de alerta e podem-se estudar taxas de extinção por meios indiretos, por exemplo, vendo diferenças na composição entre reservas naturais de diferentes tamanhos. Nos Açores felizmente muito se tem feito e é esta uma das regiões onde mais conhecimento se tem a nível global. Ver por exemplo o Portal da Biodiversidade dos Açores (<http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt>) que divulga muita da informação sobre a distribuição dos invertebrados dos Açores. Muitas das nossas espécies únicas estão ainda presas a ser protegidas legalmente, algo único no país (Como bom exemplo temos o TOP100 das espécies ameaçadas da Macaronésia; <http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt/publicacoes.php?tipo=18>).

Para ultrapassar as sete limitações acima listadas o Grupo da Biodiversidade dos Açores (CITA-A) (<http://cita.angra.uac.pt/biodiversidade/>) tem vindo a conduzir desde 1999 estudos padronizados para conhecer a distribuição e abundância dos artrópodes nas florestas nativas dos Açores. Como resultado desses estudos foi possível integrar por exemplo o Pico Alto, em Santa Maria, na área protegida desta ilha e adicionar mais algumas pequenas áreas no sistema de áreas protegidas dos Açores. No fundo, é fácil proteger os invertebrados. E apenas salvando-os estaremos a garantir o futuro não só da restante biodiversidade, como o nosso próprio bem-estar.

Estudo publicado na revista Biological Conservation.



Abril, Angra do Heroísmo Áreas protegidas e a conservação das nossas espécies

Investigadores da Universidade dos Açores encontram-se a desenvolver software na área da inteligência artificial que permitirá determinar áreas protegidas de acordo com a importância da sua conservação

para todas as espécies, desde insetos a mamíferos ou musgos a árvores. A implementação dos novos Parques de Ilha vem criar uma necessidade nesta área que está a ser colmatada pela UAç.